

Resistência Democrática

RUBENS R. R. CASARA

Juiz de Direito do TJ/RJ, Doutor em Direito, Mestre em Ciências Penais e Membro do Conselho Consultivo da EMERJ.

Resistir, por definição, é não ceder. A *resistência democrática* constitui uma força que se opõe ao autoritarismo, aos modelos que acreditam no uso da força em detrimento do conhecimento e ao processo de des-simbolização que faz com que todos os valores sejam substituídos pelo valor “mercadoria” e as pessoas sejam tratadas como objetos.

Na atual quadra, em que permanências autoritárias se somam a novas expressões de fascismo na sociedade, surgiu a convicção de que resistir em defesa da democracia entendida como participação popular na tomada de decisões e respeito incondicional aos direitos humanos, é um imperativo e um dos objetivos da educação. A partir dessa premissa, a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) pautou a gestão que se iniciou em 2013. A proteção máxima dos Direitos Humanos constitui um compromisso ético do juiz (Código de Ética da Magistratura Nacional - art. 32).

Na gestão democrática desenvolvida pelo Des. Sérgio de Souza Verani, entre erros e acertos, todos aqueles magistrados que quiseram contribuir à construção de um saber plural tiveram espaço garantido. Todas as expressões de pensamento foram respeitadas (assim, para citar exemplos, foram realizados eventos contra e a favor da legalização do aborto, da descriminalização das drogas etiquetadas de ilícitas, etc).

O Seminário “Resistência Democrática: diálogos entre política e justiça”, realizado entre os dias 15 e 17 de maio de 2013, marcou o iní-

cio da gestão. Construído a partir da preocupação em produzir um saber comum, capaz de superar as contradições e exigências direcionadas ao Poder Judiciário, em meio ao pluralismo percebido na sociedade, o seminário “Resistência Democrática: diálogos entre política e justiça” foi aberto pelo Desembargador **Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez**, membro do Conselho Consultivo da EMERJ. Ainda na mesa de abertura, estiveram presentes e realizaram conferências o coordenador nacional do MST e economista **João Pedro Stédile**, o jornalista e diretor da Revista “Isto É” **Paulo Moreira Leite**, e o ex –procurador-geral do Estado de São Paulo (gestão Mário Covas - PSDB) **Márcio Sotelo Felipe**.

Ao abrir o seminário, o Desembargador Baldez destacou que seriam debatidos temas da maior relevância sobre conjuntura política e jurídica nos dias atuais. E, de fato, o seminário antecipou questões que, meses mais tarde, seriam objeto de atenção de todos os brasileiros em razão das chamadas “Jornadas de Junho” e que geraram enorme perplexidade em parcela do Poder Judiciário fluminense (Poder Constituído).

Ao longo dos três dias de evento, foram realizadas diversas palestras com temas como “Mídia, Justiça e Produção de Subjetividades”, “Ainda há espaço à Constituição?”, “Tortura: O Eterno Retorno”, “Sistema de Justiça: Entre o Estado de Direito e o Estado de Polícia” e “Judicialização da Política”.

Estiveram presentes nas diversas mesas do seminário o desembargador do TJ/SP **Marcelo Semer**, o professor da UFF **Dênis de Moraes**, o desembargador do TJ/RS **Amilton Bueno de Carvalho**, o promotor de justiça **Elmir Duclerc Ramalho Júnior**, o professor da USP **Maurício Ditier**, a doutora em direito penal **Alice Bianchini**, o Doutor em Direito Penal e empresário **Luiz Flávio Gomes**, o professor da UFRJ e filósofo **Marildo Menegat**, o cientista político **Emir Sader**, a juíza do TJ/RJ **Maria Lúcia Karam**, o professor da UFPR **Juarez Cirino dos Santos**, o professor da PUC/SP **Pedro Serrano**, os professores da PUC/RJ **Adriano Pilatti** e **João Ricardo Dornelles**, o professor da UERJ **Marco Aurélio Marrafon**, o ex-procurador geral do Município de São Paulo **César Cordaro**, a professora da UFF **Joana D’Arc Ferraz**, o procurador do Estado de São Paulo **João Damião de Lima Trindade**, o procurador do Estado do Rio de Janeiro **Miguel Baldez**, os defensores públicos do Estado de São Paulo **Caio Jesus Granduque José**, **Daniela Skromov de Albuquerque** e **Patrick Cacicedo**, o coordenador-geral da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça **Patrick Mariano**, as advogadas populares **Fernanda Vieira** e **Giane Alvarez**, os Desembargadores do TJRJ **Geraldo Prado** e **Siro Darlan** e os juízes do TJ/RJ

Andréa Pachá, Isabel Coelho, André Nicolitt e João Batista Damasceno. O seminário também sediou a audiência pública “Sociedade Brasileira (Internações Compulsórias, Remoções Arbitrárias, Prisões Desnecessárias, Afastamento de Garantias , etc.): Sintomas de Fascismo”, mediado pelo representante do Instituto de Estudos Críticos do Direito e do Instituto dos Advogados Brasileiros, **Fernando Máximo Drummond**.

Agora, no momento em que a administração do Des. Sérgio de Souza Verani na EMERJ se encerra, esta edição especial da revista da EMERJ serve para lembrar a importância de resistir. Resistir às pressões políticas e tentações totalitárias. Resistir em nome do projeto constitucional de vida digna para todos.

Esta edição especial da Revista da EMERJ é dedicada a uma resistente: a defensora pública do Estado do Rio de Janeiro **ELIETE COSTA SILVA JARDIM**, que generosamente apresentou um de seus textos à publicação. Eliete viveu muito em tão pouco tempo. Aprovada em primeiro lugar no concurso para Defensoria Pública, Eliete deixou a carreira do Ministério Público de Contas para abraçar a missão com a qual se identificava. Na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, foi a primeira (e até agora única) Defensora Pública substituta eleita para o Conselho Superior da aquela instituição. Fez uma carreira independente e combativa. Respeitada e admirada por sua atuação incansável e corajosa, Eliete trazia sempre uma impressionante alegria que a todos contagiava.: ousou resistir ao crescimento do Estado Policial e desvelou as violações de direitos da população fluminense que se escondiam nas “razões de Estado” apresentadas pelo Executivo. Lutou e foi uma das protagonistas do movimento que impediu a transformação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro em um mero órgão de execução dos projetos autoritários dos eventuais detentores do poder político. Resistiu sempre, e sempre, em nome da democracia. Obrigado, Eliete.

Eliete foi um exemplo que nunca será apagado da memória daqueles que com ela conviveram. ❖